

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

“A QUALIDADE URBANA PARA OS ESPAÇOS DESTINADOS AOS POBRES: FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL PARA CARLOS NELSON E NUNO PORTAS”

SESSÃO TEMÁTICA:
CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS:
PENSAMENTO E REFERÊNCIAS

Mário Márcio Santos Queiroz
Arquiteto e Urbanista.
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Professor dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA
Coordenador Técnico do Núcleo de Estudos da Habitação - NUHAB
ISECENSA / Campos dos Goytacazes – Brasil
Email: mariom.queiroz@gmail.com

“A QUALIDADE URBANA PARA OS ESPAÇOS DESTINADOS AOS POBRES: FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL PARA CARLOS NELSON E NUNO PORTAS”

RESUMO

As atuais conjunturas urbanas nas cidades contemporâneas apontam graves consequências sócio-espaciais para ocupação do território. Em tempos de massificação do investimento capitalista e sua sanha especulativa, os espaços das urbes se configuraram através de forte fragmentação territorial para ricos e pobres. Inexistem, atualmente, espaços de qualidade urbanística para equanimizar a relação ocupacional e melhor condição urbana para os diferentes estratos sociais assentados nas cidades. Nesta ótica, intervenções urbanísticas em assentamentos populares consistiram na premissa antecipada em que Carlos Nelson e Nuno Portas visualizaram a condição habitacional dos pobres, por melhorias na condição estética e construtiva de moradias populares. Suas intervenções se pautaram pela garantia da permanência nos locais ocupados para elaborar condições arquitetônicas que qualificassem seus espaços urbanos. Ambos configuravam suas idéias pela negação de premissas sobre a égide de “... espaços favelizados como lugares de permanência dos cidadãos urbanos de menor renda.” (SANTOS), e que qualquer intervenção projetual estaria “... ratificando o espaço urbano do pobre, inserindo-o na cidade consolidada.” (PORTAS). Cabe ressaltar a interlocução entre Nuno Portas, Carlos Nelson e John Turner, perspectivada pela visão de aporte urbano na espacialização dos estratos sociais de menor renda se constituiria em princípios basilares para a possível recostura sócio-espacial e reconfiguração do conceito de equanimidade social. Basearam-se na caracterização de uma espacialização urbana que possibilitasse a mescla de classes sociais no território da cidade. Não obstante, a observação participativa no âmbito profissional de Carlos Nelson e Nuno Portas possibilitou a formulação de propostas inovadoras direcionadas ao ensino acadêmico, com um novo olhar para a questão habitacional de cunho popular e interpretações quanto à composição ocupacional no território. Carlos Nelson e Nuno Portas percebem o projeto urbano como ferramenta de vital importância para obtenção de uma interação sócio-espacial, a partir de suas inserções conceituais, na busca do espaço urbano da habitação popular.

Palavras-chave: Espaço Urbano da Habitação Popular. Carlos Nelson. Nuno Portas.

"URBAN QUALITY FOR SPACES FOR THE POOR: RATIONALE CONCEPT FOR CARLOS NELSON AND NUNO PORTAS"

ABSTRACT

The current urban situations in contemporary cities indicate serious socio-spatial consequences for occupation of the territory. In mass times of capitalist investment and its speculative fury, the spaces of the cities were shaped by strong territorial fragmentation for rich and poor. Inexistent currently urbanistic quality spaces for equanimizar occupational and better urban condition relation to the different social strata settled in cities. In this light, urban interventions in popular settlements consisted of early premise that Carlos Nelson and Nuno Portas viewed the living condition of the poor, by improvements in aesthetic and constructive condition of affordable housing. His interventions were guided by the permanence of the security in places occupied to prepare architectural conditions that qualify its urban spaces. Both are configured their ideas by denying premises under the aegis of "... favelizados spaces as places of residence of urban citizens with lower income." (SANTOS), and that any projectual intervention would be "... confirming the urban space of the poor by inserting it in the consolidated city"(PORTAS). It is worth mentioning the dialogue between Nuno Portas, Carlos Nelson and John Turner, viewed by the urban contribution to view the spatial distribution of social strata of lower income would constitute basic principles for the possible socio-spatial Resewing and reconfiguration of the concept of social equanimity.

Based on the characterization of an urban spatial distribution that would allow the mix of social classes within the city. Nevertheless, participatory observation in professional scope of Carlos Nelson and Nuno Portas enabled the development of innovative proposals directed to academic education with a new look at the housing issue of popular movements and interpretations as to the occupational composition in the territory. Carlos Nelson and Nuno Portas realize the urban project as vitally important tool for achieving a socio-spatial interaction, from its conceptual inserts in search of urban space of public housing.

Keywords: Popular Property Urban Space. Carlos Nelson. Nuno Portas.

1 – INTRODUÇÃO:

O atual estágio da condição ocupacional do território urbano, subsidiado pela intervenção capitalista do mercado fundiário propicia uma significativa fragmentação do espaço urbano formal das cidades, brasileiras e mundiais. Desde a ocorrência da Revolução Industrial que o território urbano transformou-se em fator preponderante para uma economia de mercado baseada na especulação econômica do solo das cidades. No Brasil, esta condição apresentou uma regulamentação inicial através da Lei Federal nº 6766/79 e, mais tarde, com o advento do Estatuto da Cidade, que priorizou a função social da propriedade como prerrogativa fundamental para normatizar uma possível equanimidade sócio-espacial nas urbes.

Ainda que o EC preveja a aplicação de instrumentos de política urbana que coíbam a sanha especulativa sobre o território, a regulamentação para ocupação do solo continua sob a orquestração de uma prática capitalista, subsidiada pela omissão do Poder Público Local na aplicabilidade de sanções previstas na legislação vigente.

Desta forma, a condição de ocupação urbana nas cidades brasileiras estabelece uma incontestável segregação sócio-espacial, onde ricos e pobres percebem os espaços nos quais podem se assentar, tanto pela capacidade financeira em adquirir terra urbana quanto pela morfologia obtida para cada espaço sob estudo, formatados tanto pela gestão pública local quanto pela iniciativa privada, em suas intervenções operacionais (QUEIROZ, 2016). Para as áreas urbanas de legalidade territorial, definidos como espaços formais, os agentes urbanos – públicos e privados buscam a crescente melhoria de qualidade urbanística, ao passo que nas regiões de assentamento informal, sem a regularidade fundiária, pouco se investe para a dotação qualitativa de seus espaços públicos. Com isso, a cidade apresenta contornos urbanos distintos, que neste trabalho podemos definir como área dos nobres e área dos pobres.

Estas definições se subsidiam a partir de percepções observadas no território das cidades, dentre as quais:

- A moradia popular desconectada com o espaço urbano da cidade consolidada;
- A cidade não reconhece espaços urbanos e lugares das classes sociais de menor renda;
- A cidade fragmentada: espaços urbanos distintos, condicionados pela valorização fundiária pelo capital que distingue as zonas urbanas, destinadas aos estratos sociais e suas possibilidades econômicas para aquisição da terra urbana;

Observados estes paradigmas de caracterização para a comprovação da fragmentação sócio-espacial existente nas cidades contemporâneas, Carlos Nelson e Nuno Portas buscam elucidar a verificação dos fatores de interlocução, na arquitetura e no urbanismo, pela validação da produção de assentamentos habitacionais populares nos espaços urbanos.

Todavia, a condição ocupacional no território brasileiro para a atualidade contradiz as perspectivas observadas por aqueles dois profissionais, na década de 1960 e que se perpetuariam até a contemporaneidade. Em comprovação, a retomada de investimentos públicos pelo Governo Federal, já no século 21 no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, aparenta repetir os mesmos equívocos promovidos pela atuação do Banco Nacional da Habitação - BNH, decorridos 40 anos após a extinção do maior programa habitacional brasileiro.

Com isso, a questão fundiária mantém-se preponderante para a determinação dos espaços urbanos ocupados por classes sociais distintas, condicionada por uma valorização financeira de espaços urbanos aquinhoados com a implantação de redes de infraestrutura urbanística, até então promovida pela gestão governamental. Áreas dotadas destas benfeitorias acumulam mais-valias urbanas, determinantes na valorização do território da cidade, em detrimento de regiões desprovidas das redes de abastecimento.

Atualmente, com a crescente terceirização na administração e implantação destes serviços, tornam-se escassas as ações de planejamento para áreas situadas na periferia, locais de assentamento dos pobres, exceção percebida aos empreendimentos habitacionais promovidos pelo Programa MCMV, exigência institucional para sua realização.

2 – A PERCEPÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE CARLOS NELSON E NUNO PORTAS, PARA ASSENTAMENTO DOS POBRES SOBRE O TERRITÓRIO:

Na década de 1960 acentuaram-se, proporcionalmente, as migrações entre campo e cidade, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Por razões distintas, mas com objetivos similares, significativos contingentes populacionais direcionaram-se aos grandes centros urbanos daqueles países, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, no caso brasileiro, e Lisboa e Porto, na ocorrência portuguesa.

Assim, na ausência de estoque habitacional e previsão de quantitativo de moradias que abrigassem a estes novos habitantes, espaços foram se moldando de forma vernacular e sem qualquer planejamento, tanto urbanístico quanto edilício para a configuração de espaços urbanos qualificados.

Conseqüentemente, assentamentos de irregularidade fundiária acentuaram a inadequabilidade de moradias e espaços públicos, conformados pelas favelas brasileiras quanto pelos bairros de lata, augis e ilhas, distribuídas sobre o território português para abrigar aqueles que não dispunham de habitações ofertadas por políticas habitacionais.

Entretanto, ambos já se notavam a grave questão que se acentuaria, pela propagação de espaços de irregularidade fundiária sobre as cidades brasileiras e portuguesas. Incentivados por perspectivas próprias, Carlos Nélon e Nuno Portas anteviram, já na década de 1960, a decorrência sócio-espacial advinda do inchamento e adensamento dos centros urbanos, sem que políticas públicas para ordenamento do território se fizessem presentes no âmbito da gestão governamental, em suas diversas esferas de poder. Suas atuações, voltadas à compreensão da realidade urbana para os espaços ocupados nas cidades, determinariam ações que se valeriam pela aproximação junto aos assentamentos de informalidade fundiária e construções vernaculares.

Para ambos, o espaço de assentamento ocupados informalmente fora resultado da omissão do Poder Público em gerir as demandas sócio-espaciais nas cidades, com a conseqüente gestão da iniciativa privada sobre a ocupação, expansão e uso do território urbano. Assim, o território ficou a mercê dos interesses do mercado fundiário, determinando a irregularidade quanto à titularidade da terra para os ocupantes que ali se assentaram, bem como uma ausência de conceitos arquitetônicos que primassem pela qualidade construtiva.

Entretanto, Carlos Nelson e Nuno Portas perceberam a importância da condição fundiária em possível validação sócio-espacial para qualificar os espaços urbanos dos contingentes populares. Nesta condição, promoveram ações específicas para a permanência locais aos quais edificaram suas moradias, pela proposta de qualificação dos espaços informais, a similaridade das regiões de regularidade fundiária.

Carlos Nelson protagonizou a requalificação de moradias e espaços urbanos das favelas de Brás de Pina, Mata Machado, Morro União e Morro Azul no Rio de Janeiro, entre os anos de 1964 e 1968, no entendimento de que a remoção daquela localidade estaria a promover a constante segregação sócio-espacial, pela realocação em zonas periféricas determinadas pela ação da gestão governamental, à época.

Nestas localidades introduziu metodologia própria, desenvolvida na Quadra Arquitetura, pela requalificação das moradias pela opinião e participação dos moradores locais, que propiciasse uma adequação morfológica ao espaço urbano estudado, com integração qualitativa ao seu entorno imediato. Essa prática desenvolvida por Carlos Nelson foi compartilhada, internacionalmente com outros profissionais interessados nas formas ocupacionais do solo urbano, principalmente para os segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo que não eram contemplados por políticas perenes para a ordenação do território das cidades.

Programas internacionais, como aqueles promovidos pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento - USAID foram implementados na década de 1960, pela América Latina, sobretudo por auxílio para a regularização fundiária em países que registravam preocupantes condições de sobrevivência crescente disseminação de ocupações irregulares. Neste contexto, o arquiteto Inglês John Turner deslocou-se ao Peru, promovendo uma série de intervenções que visavam a melhoria da condição habitacional em assentamentos informais. Esta assessoria técnica chamou atenção de Carlos Nelson e de Nuno Portas, resultando em visitas destes profissionais naquele país, estreitando concepções conceituais acerca de propostas de intervenção projetual. Posteriormente, o arquiteto português visitou o Rio de Janeiro, em assentamentos favelizados que Carlos Nelson promovia melhorias junto àquelas comunidades, influenciando-o na experiência ocorrida naquele país.

Na ocorrência da Revolução dos Cravos em Portugal, culminada no dia 25 de abril de 1974, o novo governo provisório instituiu um programa voltado ao atendimento das necessidades prementes da população, dentre as quais a questão habitacional que apresentava um déficit habitacional em torno de 600 mil moradias. Neste ínterim, Nuno Portas empossa-se como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e lança o Programa SAAL – Serviço de Apoio e Ambulatório Local e, no período entre maio de 1974 e outubro de 1976, coordena intervenções por todo o território português, com a ativa participação dos moradores organizados em associações e cooperativas e arquitetos inseridos no processo, com apoio financeiro do Fundo de Fomento a Habitação – FFH.

Este programa apresentou a elaboração de 173 operações, no período de sua vigência, pelas quais pouco mais de 70% foram executadas, onde a prerrogativa fundamental das intervenções nas Operações SAAL era a manutenção dos moradores nos locais aos quais já estavam assentados, optando pela requalificação destes espaços urbanos através do aproveitamento das redes de abastecimento instaladas nas proximidades, bem como na recomposição das moradias através da atuação de profissionais arquitetos.

3 – PONTOS DE APROXIMAÇÃO NO PENSAMENTO DE CARLOS NELSON E NUNO PORTAS: TEORIA E PRÁTICA NA FORMULAÇÃO CONCEITUAL PARA ESPAÇO URBANO E MORADIA DOS POBRES

Na verdade, a ação pragmática de Carlos Nelson e Nuno Portas se aproximou através de uma característica peculiar aos dois profissionais, junto ao contexto da questão habitacional relacionada às classes sociais de menor poder aquisitivo. Esta percepção se constitui, sobretudo, pela análise da espacialização urbana e qualidade edilícia, destinadas àqueles segmentos populacionais, fatores de desequilíbrio da condição sócio-espacial no território urbano na atualidade.

Ambos visualizaram os espaços urbanos segregados entre ricos e pobres que, conseqüentemente, geraram morfologias edilícias próprias de suas condições sócio-econômicas, através de ações formais embasadas em processo produtivo da habitação. Para os pobres resta assentar-se sobre ocupações informais, de irregularidade fundiária e baixa qualidade construtiva. Esta dualidade propiciou a Carlos Nelson e Nuno Portas fundamentar hipóteses acerca de uma validade pragmática constituída no arranjo espacial e edifício dos pobres, e a conformação de seus lugares de permanência no território urbano.

A principal argumentação se construiu sobre a intensa interatividade entre a concepção estruturante entre teoria e prática, vistos como resultado na observação participativa na elaboração das ações de conteúdo projetual, institucional e operacional, com diretrizes para o atendimento à demanda habitacional popular.

Ambos proporcionaram uma possível hierarquização de escala interativa que fora negada aos pobres, pela configuração de verdadeiras relações sociais estabelecidas dentro do espaço da casa e, a partir deste, no espaço da cidade. E neste contexto, Nuno Portas aprofunda o interesse pelo tema da habitação, sobretudo daquela destinada aos pobres, quando considera que:

1

¹ Este relato se apresenta conforme entrevistas realizadas, em fonte primária, com o arquiteto Nuno Portas, sobre a interação conceitual formulada nos contatos entre o próprio, Carlos Néelson e John Turner, pela qual os três profissionais induziram a formulação de propostas para intervenção em suas respectivas experiências, em seus campos de trabalho.

Ambos proporcionaram uma possível hierarquização de escala interativa que fora negada aos pobres, pela configuração de verdadeiras relações sociais estabelecidas dentro do espaço da casa e, a partir deste, no espaço da cidade. E neste contexto, Nuno Portas aprofunda o interesse pelo tema da habitação, sobretudo daquela destinada aos pobres, quando considera que *“A partir da análise do real: isto é, das verdadeiras relações sociais estabelecidas dentro do espaço da casa e, a partir deste, no espaço da cidade. A sua obra teórica e sua prática reflexiva desenvolvem-se, em paralelo...”* (GRANDE, 2012, p.111).

Já Carlos Nelson se dedica na causa habitacional através de que *“... sua postura ético-profissional e sua busca para o reconhecimento de soluções e a aplicação de métodos voltados para promoção de estudos diretos e acessíveis no contexto de um país como o nosso.”* (COSTA et AZEVEDO, 2012, p.11).

E, ainda, sua postura profissional, Carlos Nelson *“... se dedicava inteiramente à construção de uma obra, com seu olhar comprometido com os pobres.”* (Idem, p.12).

Assim, estes profissionais configuraram suas idéias em negar a condição de *“... espaços favelizados como lugares de permanência dos cidadãos urbanos de menor renda.”* (SANTOS), em que qualquer intervenção projetual estaria *“... ratificando o espaço urbano do pobre, inserindo-o na cidade consolidada.”* (PORTAS).

Para estes profissionais, a visão de aporte urbano para espacializar os estratos sociais de menor renda se constituiria em princípios basilares para a possível recostura sócio-espacial vislumbrada, na reconfiguração do conceito de equanimidade social a todos os seus cidadãos.

Nuno Portas, em sua atuação profissional e também política, geriu o Programa SAAL e, por conseguinte, a caracterização de uma revolução urbana em Portugal através de uma inédita ação participativa, quando:

“... o inquilino chega antes de qualquer decisão a ser tomada. Por outras palavras, o novo programa começa com a organização prévia da procura, ou seja, com um grupo de moradores, e quase sempre com base na existência de uma “ecologia social”, tendo em conta que o programa se dirige principalmente a comunidades previamente estruturadas que “vivem” em habitações degradadas ou em bairros de lata...” (GRANDE, 2012, p. 348).

Em corroboração, Carlos Nelson justificava a permanência dos moradores no espaço ocupado, exemplificando pela análise de sua prática de campo, relatada por Gilda Blank:

“Brás de Pina fica às margens da Av. Brasil, próximo a Penha, tem uma localização ótima, com uma facilidade de transporte muito grande já naquela época, e, além disso, concentrava muitas indústrias. Hoje deve ter menos, mas eram muitas e davam sustentação ao mercado de trabalho ali, já que a maioria das pessoas trabalhava nas proximidades da favela.” (COSTA et AZEVEDO, 2012, p.175).

Intuitivamente, este artigo preceitua que as percepções obtidas pelos dois profissionais aqui citados interagem pela condição protagonista dos usuários e ocupantes dos assentamentos informais, na formulação de propostas que visem a requalificação de espaços coletivos e moradias de baixa qualidade construtiva. Para ambos, subsidiar o apoio e assistência técnica aos moradores de assentamentos informais seria a solução para potencializar uma nova conectividade entre regiões urbanas de caracterizações urbanas distintas, formais e informais.

Todavia, a dualidade existente em regiões urbanas para assentamento de ricos e pobres permanece sob gestão pública de política fundiária de alta tributação, para valorização de espaços urbanos incompatíveis com a capacidade financeira dos pobres. Ainda que instrumentos da política urbana, apregoados no Estatuto da Cidade, venham a garantir a função social da propriedade, o poder municipal omite na sua aplicação institucional para possibilitar uma equanimidade sócio-espacial para ricos e pobres, repassando ao mercado fundiário a gestão da terra urbana sob a égide de uma estruturação capitalista e especulativa. Neste ínterim, algumas variáveis se fazem importantes para que os espaços urbanos de assentamento dos segmentos sociais populares possam ser requalificados sob a égide de um escopo operacional que envolva os diversos agentes e suas capacidades funcionais. Estas visam requalificar o conceito sócio-espacial dos assentamentos informais, subsidiando as ações e conotações a serem aplicadas na produção habitacional dos pobres, exemplificadas em diagrama abaixo apresentado:



Figura 1 – Diagrama de Participação Popular. Fonte: Autor, 2016

Outra importante vertente de aproximação conceitual entre Carlos Nelson e Nuno Portas se fez por suas atuações na esfera acadêmica, instância de transmissão de suas experiências e pontos de vista para a profícua relação entre teoria e prática a ser aplicada ao desenvolvimento de propostas voltadas à condição habitacional dos pobres.

Sobre a visão de Carlos Nelson, a Professora Lélia Vasconcelos relata que aquele profissional "... sempre trabalhou com a prática-teórica e com a teoria da prática, vamos dizer assim, e o ensino de Carlos Nelson aqui na UFF começou a refletir isto." (COSTA et AZEVEDO, 2012, p. 201). E, na perspectiva de Nuno Portas, suas inserções acadêmicas propiciaram novas interlocuções para o desenvolvimento de práticas disciplinares em projetos habitacionais populares. O Professor Alexandre Alves da Costa, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto descreve que:

"Em 1983, o arquiteto Nuno Portas era convidado para professor do 2º Grupo do Curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, o que lhe permitiu transitar para a Faculdade de Arquitetura e ocupar o cargo de Professor Catedrático em 1989. Convidar o Nuno Portas correspondeu a um risco conscientemente assumido (...) com a sua inteligência do fenômeno da arquitetura, discutindo a sua projeção na prática e no ensino (...) desencadeou processos de colaboração interdisciplinar..." (GRANDE, 2012, p. 77 e 78).

Desta forma, far-se-á importante o depoimento de Nuno Grande, curador da exposição "O ser urbano: nos caminhos de Nuno Portas", apresentada na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio de Janeiro, em 2013. Subsidiaria a relação profissional e de cunho conceitual entre Nuno Portas e Carlos Nelson, ao afirmar que "A doutrina que esteve na base da criação do SAAL tinha por base as conhecidas experiências de participação e autoconstrução do Brasil e da América Latina, que Portas conhecem bem." (GRANDE, 2013, p. 75).

Ambos os profissionais arquitetos perceberam que políticas e programas habitacionais voltados às camadas populares e geridos pela gestão governamental ignoravam a efetiva participação dos moradores locais, os principais interessados nos resultados. No Brasil, as propostas de política habitacional advindas do poder público priorizaram, nomeadamente, as intenções em expulsar as classes populares do núcleo central da cidade, espacializando-as nas periferias sob o argumento de uma qualidade construtiva para a moradia ofertada. Em Portugal, inverteu-se esta perspectiva, onde a pressão especulativa sobre o território não se fez intensa, possibilitando que a produção habitacional estivesse compatível a demanda, substancialmente ao longo do século 20.

Assim, suas atuações a frente de suas respectivas instâncias para interlocução com os espaços de moradia dos pobres se revestiu de inúmeras similitudes, abaixo transcritas:

- *Nuno Portas no S A A L - Serviço de Apoio Ambulatório Local:*
 - *A questão habitacional subsidia a interlocução entre a população e o Governo Provisório;*
 - *Arquiteto Nuno Portas, no PREC – Período Revolucionário em Curso toma posse na Secretaria de Estado para Habitação e Urbanismo, possibilitando que um técnico à frente da gestão governamental voltada à habitação social;*
 - *A validação de participação dos agentes, com sua legitimação no processo institucional;*
 - *O programa se solidifica através da possibilidade de inserção sócio-urbana da HIS em parcelas territoriais já disponibilizadas pela gestão governamental;*
- *Carlos Nelson na Quadra Arquitetura:*
 - *A proposta de assessoramento técnico, por parte dos profissionais arquitetos, encontra eco de receptividade com os moradores das comunidades atendidas;*
 - *A questão da permanência local se atrela a escolha dos moradores na área por habitar, baseando-se na espacialização urbana que atende às suas necessidades de inclusão no espaço urbano;*
 - *A intensa participação dos moradores na concepção projetual de suas moradias.*

Não obstante, a questão da espacialização urbana que tanto os preocupavam culminou na prática de um planejamento urbano de cunho tecnocrata, que não previu a condição econômica dos contingentes de baixo poder aquisitivo e a sua conseqüente incapacidade financeira em adquirir terras urbanas.

Tecendo comentários acerca dos resultados proporcionados pela ação do planejamento no Brasil e em Portugal, podem-se aquilatar as conseqüências acerca das ações voltadas à seleção de espaços urbanos para os pobres, fruto da omissão da gestão governamental em planejar a ocupação do território.

Assim, o processo de ocupação do solo em Portugal, através de reservas fundiárias destinadas à ocupação dos estratos populares, estabeleceu uma ocupação equânime do território urbano, possibilitando uma continuidade espacial e morfológica, também perenizada pelas Operações SAAL. Já no Brasil, a periferização condicionou o espaço sócio-urbano das camadas populares, diretamente relacionado ao valor fundiária e a ineficiência do planejamento urbano institucional em reconhecer possíveis interlocuções dos conjuntos habitacionais do BNH e ao cidade formal;

Quanto às ações de planejamento urbano, a experiência portuguesa resultou na ação governamental com relevância para a prática de planejamento das cidades, pelo ordenamento do território visando a descaracterização especulativa do território urbano. Assim, a ação da gestão pública conseguiu aprimorar as práticas urbanas, a partir de uma vivência participativa ao meio local que, no contraponto ao caso brasileiro, o poder público local de suas cidades busca incorporar as benesses de um modelo capitalista, promovendo a segregação espacial ritmada por outra concepção de planejamento urbano, desassociada das funções urbanas necessárias a vivência de seus cidadãos.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para o contexto analítico nas convicções de Carlos Nelson e Nuno Portas, pode-se verificar a constante interação para as questões relacionadas à demanda habitacional e, conseqüentemente, ao espaço urbano ocupado pelos estratos sociais populares. Porém para ambos, a forte correlação entre teoria e prática propicia um olhar diferenciado para a condição urbano – habitacional de pobres e excluídos dos espaços urbanos das cidades contemporâneas.

Suas atuações profissionais buscaram basear-se na inserção socio-espacial ao território das urbes, caracterizando uma espacialização urbana que possibilitasse a mescla de classes sociais no território da cidade.

Não obstante, a observação participativa no âmbito profissional de Carlos Nelson e Nuno Portas possibilitou a formulação de propostas inovadoras para o ensino acadêmico, onde suas atuações estabeleceram um novo olhar para a questão habitacional de cunho popular. Assim, a produção habitacional para as classes menos favorecidas requer novas interpretações quanto à composição ocupacional no território. Carlos Nelson e Nuno Portas percebem o projeto urbano como ferramenta de vital importância para obtenção de uma interação socio-espacial, a partir de suas inserções conceituais, na busca do espaço urbano da habitação popular.

Com estas percepções, pode-se constatar que a ocorrência de distúrbios sócio-espaciais foi antevista desde a década de 1960 por Carlos Nelson e Nuno Portas, cada qual percebendo similares consequências sócio-urbanas, ainda que pormenorizadas a cada caso, brasileiro ou português. Em ambos os territórios e em maior ou menor intervenção do mercado fundiário, considerou-se a fragilidade da ação governamental em regular o ordenamento do território, com a precípua finalidade de inserir todos os cidadãos na operacionalidade das cidades. Desta forma, estariam minimizadas as práticas de segregação sócio-espacial e fragmentação do solo urbano, fator de graves problemas sociais nas cidades da contemporaneidade.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA, M. de L. P. M e AZEVEDO, M. N. S de, “Visões inovadoras em Arquitetura e Urbanismo: Depoimentos”, Niterói: UFF/PPGAU, 2012, 240p.;

Grande, N. “O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas”. Guimarães: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2012.

Queiroz, M.M.S., “Urbanismo para os pobres: Política e Gestão para os Espaços Urbanos da Habitação de Baixa Renda”. 491p. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niteroi: PPGAU/UFF, 2016.